

Área verde urbana na forma de canteiro central: estudo sobre a Avenida Minas Gerais em Ituiutaba (MG)

Green urban area in the form of a central reservation: The Minas Gerais Avenue in Ituiutaba (MG)

Área verde urbana en forma de cantero central: La Avenida Minas Gerais en Ituiutaba (MG)

Lucas Alves Pereira

Mestrando, UFU, Brasil
Lapereira.geo@gmail.com

Carlos Roberto Loboda

Professor Doutor, UFU, Brasil
crloboda@gmail.com

RESUMO

O mosaico urbano é constituído por formas espaciais diferenciadas pelos usos e funções que se mostram de maneira singular em cada cidade. Este arranjo obedece uma ordem com base em um desenvolvimento em vias de reprodução de capitais. Bairros residenciais, industriais e vias de circulação, nos centros e nas periferias são compostos por espaços livres, espaços edificados, áreas verdes, espaços públicos e privados. Nesse contexto, As áreas verdes quando cumpridoras de suas funções, perfazem fundamental elemento estruturador do espaço urbano, capaz de intermediar relações entre homem e meio, bem como proporcionar ganho ambiental, ecológico e social. O conceito de áreas verdes, no entanto, se apresenta ainda de forma muito polissêmica, quando não permeada pelo senso comum. O presente trabalho versa sobre as áreas verdes urbanas, tendo como objeto o canteiro central da avenida Minas Gerais em Ituiutaba (MG), perpassando em um primeiro momento por uma construção teórica, em uma segunda etapa a análise a partir dos usos, funções e características locais do canteiro e seu entorno. Considera-se o entorno a abrangência formada a partir de 1000 metros do canteiro, tendo em vista uma distância possível de se percorrer a pé. Chega-se ao resultado que o canteiro então é fundamental para articular um sistema de áreas verdes juntamente ao seu entorno, tendo em vista o cumprimento da função ecológica, estética e recreativa, e servir à população. Porém entende-se também suas limitações devido à falta de equipamentos que proporcionem usos de acordo com sua potencialidade.

PALAVRAS-CHAVE: Áreas verdes. Cidade. Ituiutaba.

ABSTRACT

The urban mosaic consists of spatial forms differentiated by the uses and functions that are shown in a unique way in each city. This arrangement obeys an order based on a development in the process of reproducing capital. Residential, industrial and road districts in the centers and peripheries are composed of free spaces, built spaces, green areas, public and private spaces. The green areas, when fulfilling their functions, and as components of the geographic space, delimited here from the city, constitute a fundamental element capable of mediating harmonic relations between man and environment, as well as providing environmental, ecological and social gain. The concept of green areas, however, is still very polysemic when not permeated by common sense. The present work deals with the urban green areas, having as object the central reservation of the Minas Gerais avenue in Ituiutaba (MG), passing in a first moment by a theoretical construction, in a second stage the analysis from the uses, functions and characteristics The site and its surroundings. The surroundings are considered the range formed from 1000 meters of the central reservation, in view of a possible distance of walking on foot. It arrives to the result that the central reservation is then fundamental to articulate a system of green areas next to its surroundings, in order to fulfill the ecological, aesthetic and recreational function, and to serve the population. However, its limitations are also understood due to the lack of equipment that provides uses according to its potentiality.

PALAVRAS-CHAVE: Green Areas. City. Ituiutaba.

RESUMEN

El mosaico urbano está constituido por formas espaciales diferenciadas por los usos y funciones que se muestran de manera singular en cada ciudad. Este arreglo obedece a un orden basado en un desarrollo en vías de reproducción de capitales. Los barrios residenciales, industriales y vías de circulación, en los centros y en las periferias están compuestos por espacios libres, espacios edificados, áreas verdes, espacios públicos y privados. Las áreas verdes cuando cumplen sus funciones, y como componentes del espacio geográfico, delimitado aquí a partir de la ciudad, constituyen un elemento fundamental capaz de intermediar relaciones armónicas entre hombre y medio, así como proporcionar una ganancia ambiental, ecológica y social. El concepto de áreas verdes, sin embargo, se presenta todavía de forma muy polisémica, cuando no permeada por el sentido común. El presente trabajo versa sobre las áreas verdes urbanas, teniendo como objeto el cantero central de la avenida Minas Gerais en Ituiutaba (MG), atravesando en un primer momento por una construcción teórica, en una segunda etapa el análisis a partir de los usos, funciones y características Locales del cantero y su entorno. Se considera el entorno el alcance formado a partir de 1000 metros del cantero, teniendo en vista una distancia posible de recorrer a pie. Se llega al resultado que el cantero entonces es fundamental para articular un sistema de áreas verdes junto a su entorno, teniendo en vista el cumplimiento de la función ecológica, estética y recreativa, y servir a la población. Se entiende también sus limitaciones debido a la falta de equipamientos que proporcionan usos de acuerdo con su potencialidad.

PALAVRAS-CHAVE: Áreas verdes. Ciudad. Ituiutaba.

1. INTRODUÇÃO

A cidade enquanto produto, meio e condição do modo de produção capitalista, se apresenta na contemporaneidade como resultante das sinergias e conflitos históricos, como projeção da sociedade materialmente constituída. Sua configuração territorial e paisagem demonstram de maneira significativa a maneira em que são construídas e se reproduzem. Produto do homem, a cidade manifesta uma diferenciação espacial em função de seus interesses, ou pelo menos, a partir de uma lógica que é conduzida por determinados grupos.

Diferencia-se então áreas edificadas, livres, residenciais, industriais, de circulação, públicas ou privadas. Estas perfazendo funções na/da própria cidade. Entretanto, deve se privilegiar as condições humanas na realização da vida urbana, bem como objetivar melhor qualidade entre as relações homem e meio. Assim, o entendimento do mosaico representado na cidade é fundamental para que se fundamente uma base de ação capaz de proporcionar intervenções que possam efetivamente qualificar o ambiente urbano.

A definição e distinção entre os termos e conceitos a serem utilizados são imprescindíveis tendo em vista a polissemia que áreas verdes, espaço livre e espaço público, estes, de forma significativa comportam instancias da vivência humana e se constituídos de maneira adequada podem garantir ganhos que incidem na sociabilidade e qualidade de vida.

Desta forma, a presente proposta se justifica por construir uma análise do canteiro da avenida Minas gerais pautada na construção do próprio conceito de áreas verdes, pensado-as em forma de sistema, portanto, considerando também o entorno de forma a propiciar o entendimento da complementaridade e a continuidade ecológica, observando também o cumprimento das funções próprias destes sub-espacos.

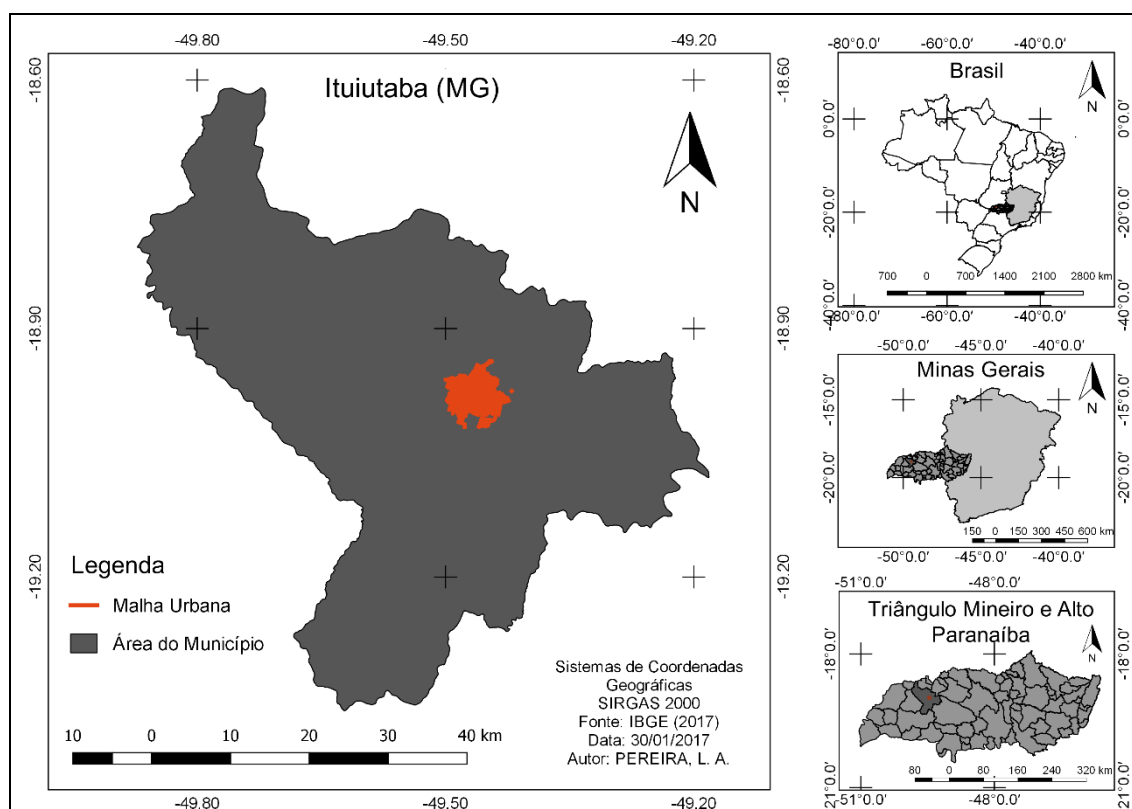
Por vezes pouco abordadas, as áreas verdes na forma de canteiro central, acabam por não atingir todo seu potencial de uso, tanto pela falta de compreensão de gestores e planejadores, quanto pela falta de instrumentos e equipamentos em sua constituição. Caso que ocorre em Ituiutaba, onde a especificidade inerente às áreas verdes pouco se traduz em legislações esparsas que não conceitua o termo, como a Lei Orgânica de 1990.¹

Sobre as características regionais e demográficas, Ituiutaba possui área municipal 2.598,046 km² se encontra inserida mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, e microrregião de Ituiutaba, polarizando os municípios de Capinópolis, Gurinhatã, Santa Vitória, Cachoeira Dourada (FIGURA 1). A população do município de acordo com o censo realizado (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA) em 2010 apontava 97.171 habitantes, sendo 93.125 na área urbana e 4.046 na área rural. Ituiutaba teve ao longo de sua história forte tradição agrária, possuindo como ciclos econômicos a partir de 1950 a produção de arroz, posteriormente ao longo do século a produção de algodão, chegando à década de 1990 com a produção de gado, e por fim, a produção de cana de açúcar por volta do início do século XXI. Esta transição dos ciclos econômicos voltados para a tradição agrária acompanhou em certa

¹ No momento o município de Ituiutaba está em processo de revisão do Plano Diretor, portanto ainda não estão disponíveis as diretrizes que irão vigorar.

medida o forte movimento de migração da zona rural para as cidades, corroborando com a forte tendência brasileira da segunda metade do século XX.

Figura 1 – Ituiutaba (MG): localização do município e malha urbana, 2017



Fonte: IBGE, 2017. Org.: PEREIRA, L. A., 2017.

2. OBJETIVOS

Analisar o canteiro central da Avenida Minas Gerais em Ituiutaba (MG) enquanto área verde urbana.

3. METODOLOGIA

A partir do objetivo proposto, foi almejado caracterizar o canteiro da Avenida Minas Gerais como área verde urbana tendo em vista a construção do próprio conceito de área verde. Entende-se que que o conceito carrega diferenças e semelhanças sutis a partir de cada autor que o tratou ao longo dos últimos anos, portanto, cabe antes de qualquer procedimento ou pesquisa envolvendo as áreas verdes, buscar a delimitação dos conceitos a serem utilizados, visando resolver possíveis confusões que de forma incisiva recaem sobre as análises. Para tanto, a presente proposta inicia o curso de trabalho versando sobre a construção do conceito de áreas verdes a partir de bibliografia específica que trata o tema. Ressalta-se que a discussão acadêmica nem sempre está alinhada aos conceitos de áreas verdes encontrados no âmbito

das prefeituras e secretarias, portanto, torna-se ainda mais necessário precisar sobre um conceito que suplante o que por vezes é considerado a partir do “senso comum”.

Após a delimitação conceitual é fundamental entender as características geográficas da área, e desta forma, sendo necessário compreender como está disposta a área verde urbana em questão dentro da cidade, sendo necessárias visitas de campo para a observação das características paisagísticas.

Foi realizado também a atribuição da abrangência visando supor uma demanda a ser atendida, bem como ser usado também para relacionar as áreas verdes situadas no entorno, estas identificadas a partir do que está no mapa municipal de 2015, de autoria da Secretaria de Planejamento.

Para melhor entendimento foi considerado 1000 metros a partir do eixo do canteiro para atribuir área de abrangência, pois, como é assinalado por Di Fidio (1985, apud NUCCI, 2008, p.34), quando trata que “um grande peso é a distância entre o usuário e o espaço livre, [...] em distâncias maiores do que 10 a 15 min, a pé a utilização decai”. A lógica se entender uma abrangência deve ser considerada pois, junto às próprias características locais, pode-se propor ou identificar possíveis usos, e ainda embasar para o cálculo de índice de áreas verdes, tendo como base demográfica os setores censitários do Censo de 2010.

3.1. APONTAMENTOS BASILARES

O conceito de áreas verdes em uma visão cartesiana pode ser entendido a partir de uma hierarquia entre os espaços, estando ele situado dentro do espaço livre, que por sua vez é em essência o contraponto do espaço construído. E ainda, situando o próprio espaço livre entre público e privado. Esta seria uma visão simplista da realidade. Não que, a hierarquia não possa ser realizada e utilizada visando o planejamento e o relacionamento das áreas, mas é preciso apreender para além de noções estanques que apenas situam conceitos e coisas dentro de uma estrutura, de forma a não relacionar os elementos. Deste modo, deve-se entender as áreas verdes urbanas, espaços livres, públicos ou privados de forma a se relacionarem sistematicamente e continuamente no decorrer do processo de produção do espaço geográfico, situado nesta proposta como o urbano. Sendo assim,

“As áreas verdes vistas como espaço geográfico impõem um desafio que é o de captá-la enquanto fatos dinâmicos, por onde perpassam não somente e a individualidade de seus transeuntes e usuários, mas, sobretudo, o cotidiano da coletividade. É pertinente entendê-la na dimensão tempo-espaço, em que a associação de ambos nos possibilitam a compreensão da sociedade que lhe dá forma – estrutura e processo” (DE ANGELIS E LOBODA, 2005, P. 135-136).

Por se apresentar como fato e forma dentro da sociedade urbana, estes espaços, portadores da capacidade do desenvolvimento humano a partir do cotidiano, se realizam constantemente

a partir dos eventos² situados no espaço-tempo e que na lógica de (re) produção capitalista do espaço urbano apresentam características precisas dentro do contexto sócio-econômico e cultural em que estão inseridos, ou seja, se distinguem funcionalmente a partir de seus usos, funções, estrutura interna e localização. Para tanto,

“Um espaço livre poderá ou não, dependendo de sua qualificação, desempenhar a função de facilitador da realização social da personalidade, favorecer o contato entre pessoas, fornecer uma noção de referência escalar, ajudando a equilibrar as dimensões e espaços; à caracterização de ruas, logradouros com a noção de referencial para toda a cidade. Enfim, os espaços livres podem colaborar na delimitação de espaços e representam, por si, a possibilidade de vivência espacial” (NUCCI e PRESOTTO, 2009, p. 88).

Entendendo que o espaço geográfico é produto humano, a cotidianidade perfaz fundamental processo da construção espacial, sendo a partir dela a constituição de relações que se materializam por meio das práticas espaciais, em um jogo constante entre os agentes e atores produtores do espaço, deste modo, se orientando mais ou menos socialmente ou economicamente, tendo em vista os interesses e objetivos daqueles que possuem meios de influenciar ou mesmo criar maneiras de apropriação do espaço, aqui entendido a partir do urbano, incidindo diretamente nas formas materiais da cidade.

Chega-se então à ideia de que o espaço público³, espaço livre e as áreas verdes são resultantes diretas do modo de se produzir cidades na contemporaneidade, e portanto, são projeções da própria sociedade constantemente se materializando.

Enquanto fragmento da projeção da sociedade, por conseguinte do próprio mundo, os espaços livres podem ser analisados em duas óticas distintas, sendo elas de acordo com Friedrich (2007): a) sócio-cultural – voltadas para o desenvolvimento de atividades humanas no tecido urbano, lazer, recreação, exercícios e convívio; b) físico-biológica – como integração de ecossistemas, propondo a conectividade entre as estruturas da biodiversidade animal e vegetal, drenagem e manutenção dos sistemas envolvidos. Cabe ressaltar que uma perspectiva não anula a outra, pois cada Espaço Livre terá suas particularidades a partir da malha urbana e da localização. Ressalta-se que a autora trata das formas de análise a partir do conceito de espaços livres, mas que em certa medida podem ser aplicados também para as áreas verdes, pois, fugindo de um entendimento fixo e rígido que pode induzir ao falso entendimento, como foi dito anteriormente, estas categorias se relacionam constantemente e por isso alguns elementos são comuns.

“De uma maneira, bastante concisa, pode-se dizer que os espaços livres desempenham, basicamente, papel ecológico, no amplo sentido, de integrador de espaços diferentes, baseando-se, tanto em enfoque estético, como ecológico e de oferta de áreas para o

² Evento entendido aqui a partir dos pressupostos de Santos (2006)

³ Queiroga (2002)

desempenho de lazer ao ar livre” (CAVALHEIRO e DEL PICHIA, 1992, p. 31).

Com base nos elementos comuns para a articulação de um conceito que fundamente o estudo das áreas verdes urbanas, se faz necessário compreender a realização de funções que contemplem tanto o sócio-cultural como o físico biológico, desta forma, de acordo com Souza e Amorim, (2015, p. 44) entende-se que estas áreas desempenham funções ecológicas, estéticas e sociais devido às infraestruturas pelas quais são constituídas, como equipamentos que permitam a prática de exercícios e outras atividades de lazer, predominando a vegetação e o a permeabilidade do solo.

“Sendo assim, uma análise de uma área verde deve-se considerar não só sua área, mas também o ordenamento da vegetação, as barreiras de vegetação que propiciam um isolamento da área permeável, as espécies vegetais naturais e as exóticas, a densidade de vegetação, a altura da vegetação, a função social, os equipamentos de recreação, telefonia, estacionamento, bancos, sombras, tráfegos, manutenção, valor estético, ecológico, serviços, iluminação, calçamento, isolamento visual, sanitários, avifauna, etc.” (NUCCI, 2008, p. 35).

Tendo em vista a vegetação e o solo permeável como predominância, sua importância advém das características ecológicas capazes de cumprir função atenuante e mitigadora na relação homem-meio, assim

“A vegetação em áreas urbanas pode exercer uma série de funções como conservação de biótopos, elemento purificador da atmosfera pela fixação de forma mecânica de partículas suspensas, proteção do solo e de cortes de aterros, criação de microclimas benéficos ao ser humano, reflexão e desvio de ruídos, aumento da capacidade de assimilação de biomassa; no plano estético, a vegetação facilita a relação ser humano-natureza por meio de adequada distribuição e composição de cenários, integra espacialmente ruas e a cidade, fornece anteparo visual para construções desordenadas, etc” (NUCCI e PRESOTTO, 2009, p. 80 e 81).

A vegetação assim, encerra fundamental elemento para o entendimento das áreas verdes dentro e se relacionando com espaços livres públicos ou privados. Faz-se por meio dela a diferenciação de um espaço livre comum, livre de edificação e que não realiza função ecológica. Portanto,

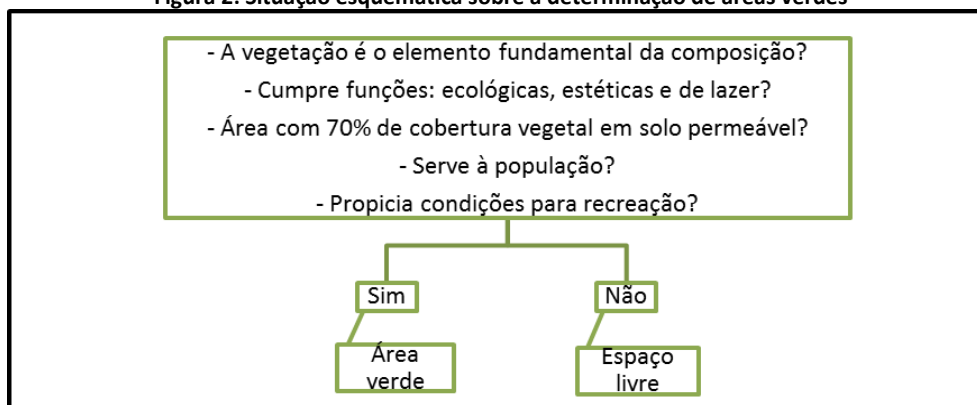
“Área Verde: onde há o predomínio de vegetação arbórea; engloba as praças, os jardins públicos e os parques urbanos. Os canteiros centrais e trevos de vias públicas, que tem apenas função estética e ecológica, deve, também conceituar-se como Área Verde. Entretanto, as árvores que acompanham o leito das vias públicas, não deve ser

considerado como tal. Como todo Espaço Livre, as Áreas Verdes também devem ser hierarquizadas, segundo sua tipologia (privadas, potencialmente coletivas e públicas) e categorias” (Lima et. al., 1994, p. 548).

Corroborando a ideia de vegetação como elemento definidor das áreas verdes, Benini (2010, p. 71), constrói conceito de área verde pública como todo espaço livre de uso comum, dotado de vegetação espontânea ou plantada, contribuindo assim para questões ambientais, mas que também apresente objetivos sociais, científicos ou culturais. Ainda, segundo Bargas e Matias (2011, p. 185), o conceito de áreas verdes está situado nas características do espaço urbano composto por vegetação arbórea e/ou arbustiva, que capacite exercer as funções de uma área verde (ecológica, estética, e lazer) possuindo no mínimo 70% do solo livre de edificação, público ou não.

Com base na ideia de vegetação como elemento diferenciador de espaço livre e áreas verdes urbana, podemos elucidar a questão a partir do questionamento representado aqui pela figura 3, onde, por meio de uma avaliação concisa de cada área verde urbana a ser estudada chega-se a tradução do conceito em uma forma, que poderá se apresentar de maneiras diferentes, porém resguardando as funções e características que a definem.

Figura 2: Situação esquemática sobre a determinação de áreas verdes



Fonte: Buccheri e Nucci (2008); adaptação: Pereira (2017)

Passado pelo caminho de definição conceitual do que pode vir a ser uma área verde urbana e sua distinção de espaço livre, entende-se que uma categorização deve ser realizada, tendo em vista a organização de tipos diferentes de áreas verdes baseados na forma, usos e na tipologia em que se apresenta (QUADRO 1). Desta maneira se evidencia as particularidades de cada um destes espaços, personalizando as características geográficas do entorno a partir de onde esteja situado, bem como da própria cidade em questão, versando então sobre a forma em que o espaço público, o espaço livre e as áreas verdes são produzidas dentro da urbe.

Quadro 1: Categorização de áreas verdes a partir da disponibilidade e tipologia

Categorias		Forma em que se apresenta		Tipologia
Forma	m ² /hab	Área mínima	Distância da residência	Propriedade
Parque de vizinhança	0,75	150 - 5000m ²	100 - 1000m	Público ou particular
Parque de bairro	6,0	10 ha	1000m ou 10 min.	Público
Parque distrital ou setorial	6,0 – 7,0	100 ha	1200m ou 30min. de carro	Público
Parque regional	s/ref	200 ha área com água	Qualquer parte da cidade	Público
Cemitério	4,5	s/ref	s/ref	Público ou particular
Área para esporte	5,5	3-5 ha por 1500 hab	Perto de escolas	Público ou particular
Balneário	1,0	2 ha	Perto de escolas	Público ou particular
Horta comunitária	12,00	300m ²	s/ref	Público ou particular
Verde viário	s/ref	s/ref	Junto ao sistema viário	Público

Fonte: Jantzen (1973 apud CAVALHEIRO E DEL PICHIA (1992, p.33); adaptação: Pereira, L.A (2016).

Foi dito anteriormente a partir de Nucci (2008, p. 35) que somente o tamanho da área verde não é passível de consideração em estudos da temática, no entanto, as características físicas relacionadas à área interna e também uma possível área de abrangência deve ser entendida como base a estruturação e disponibilidade de equipamentos urbanos voltados à coletividade, e ainda proporcionar maior espacialização de vegetação, portanto, a área compreendida tem relação direta com capacidade de suprir demandas de usos e a contingência da população.

Outro aspecto essencial das áreas verdes é então a diferenciação a partir das tipologias que possam ser apresentadas, sendo elas a pública ou particular. Neste caso, os limites de uso podem ser evidenciados a partir do controle de fluxo e/ou de horário de utilização. Entende-se também que ambas a tipologias podem limitar os usos por conta de territorialidades que incidam sobre a cidade e seus sub-espacos, deste modo, o fato de determinada área ser pública não significa que será nela realizada a vida pública em todos os âmbitos. A inadequação e ausência dos usos⁴ podem se realizar também nas áreas verdes, desqualificando a potencialidade do encontro e as próprias funções das áreas verdes.

Se existem tipologias e categorias diferentes de áreas verdes, entende-se que dentro do ambiente urbano a manifestação destes sub-espacos se apresentam por uma configuração distinta em cada bairro e cidade. Estas podem apresentar contiguidade física ou não, e portanto devem ser entendidas como sistema. Um sistema de áreas livres e um sistema de áreas verdes. Assim,

⁴ Referimos aqui não aos usos e contra-usos abordados por Leite (2002), mas sim à capacidade não explorada ou distorcida que alguns sub-espacos possam desenvolver por falta de instrumentos públicos que fortaleçam seus usos.

“O sistema de áreas verdes contém todas as áreas verdes presentes no meio urbano e em seu entorno, independentemente de serem ou não conectadas fisicamente, pois, a rigor, tais áreas estabelecem relações diante da totalidade ambiental e funcional da cidade, portanto, diante da teoria moriniana, constitui-se um sistema” (QUEIROGA, 2012, p. 78).

Entendendo-os como sistema, passa a abranger toda a cidade de forma conectada, ainda que não seja fisicamente conectado, pois, ambientalmente passa se complementar devido aos fenômenos físicos atmosféricos e biológicos, bem como se relaciona pelo fluxo de circulação de pessoas. As áreas verdes podem, da mesma forma, serem estruturadas enquanto sistema, que faz parte do sistema de espaços livres e ao mesmo tempo se relacionam. Enquanto presentes no tecido urbano, as áreas verdes garantem ganho essencial em qualidade ambiental devido aos atributos proporcionados por sua composição, bem como pela realização das funções que lhe são atribuídas: ecológica; social; educativa; psicológica e estética.

4. RESULTADOS

Percorrido o caminho conceitual a ser utilizado, pode-se então averiguar o canteiro da Avenida Minas Gerais como área verde urbana, bem como entender como ele se relaciona contribuindo com as demais áreas verdes do seu entorno (1000 mts raio). O canteiro corresponde em área aproximada de 125.000 m² (12,5 ha), tendo 5 km de comprimento, sendo cortada por 30 interseções (ruas). Está disposta na malha urbana de Ituiutaba no sentido de sudoeste para nordeste. Ao todo, 11 bairros vão ao seu encontro). Considerado a metodologia adotada, a área de abrangência incide em ainda mais bairros, no total 19. Sobre sua categoria, podemos atribuir o canteiro à forma de Parque de Bairro de tipologia pública, de total livre acesso.

Em si o canteiro não possui equipamentos específicos voltados para o lazer e recreação, porém, devido aos vastos gramados que se encontram ao longo de vários trechos de sua extensão, existe a potencialidade de diversos usos voltados para atividades ao ar livre como a prática do futebol e o ato de “soltar pipa” das crianças, o treino esporádico de rugby praticado por um grupo jovens, ou ainda a apropriação privada do espaço público ao se colocarem mesas e cadeiras para serem utilizadas em bares que se localizam às margens do canteiro (FIGURA 4).

No entanto, devido à falta de proteção, os usos voltados ao lazer acabam por ficarem comprometidos devido ao fluxo de veículos nas ruas que margeiam o canteiro, podendo ocorrer o risco de acidentes. Por conta deste fator, se faz necessário a realização de intervenções que deem conta de assegurar que os usos ocorram de maneira a desenvolver efetivamente a função recreativa, servindo deste modo à população.

Figura 3: Usos no canteiro da Avenina Minas Gerais, 2016

Autor: Pereira (2016)

Sob a ótica da vegetação, este é o grande ponto positivo. Toda a área se apresenta de forma permeável, variando de gramíneas ao de grande porte arbóreo. Os arbustos não apresentaram presença significativa, enquanto as gramíneas predominam em toda a extensão dos canteiros reduzindo sua ocorrência somente quando o porte e a disposição arbórea geram grandes áreas de sombreamento. Foi possível a observação da composição arbórea de maneira heterogênea, que provem da espontaneidade do plantio das espécies por parte dos moradores do entorno (FIGURA 5). Sobremaneira a cobertura vegetal do modo em que está estruturada se deve aos moradores das margens dos canteiros. Esta espontaneidade representa a significância e o interesse dos moradores do entorno à necessidade de vegetação. Tendo em vista as características citadas, nota-se que a objetivação dos plantios segue no caminho da opção de cada um, como se o espaço em frente a cada casa representasse os gostos individuais.

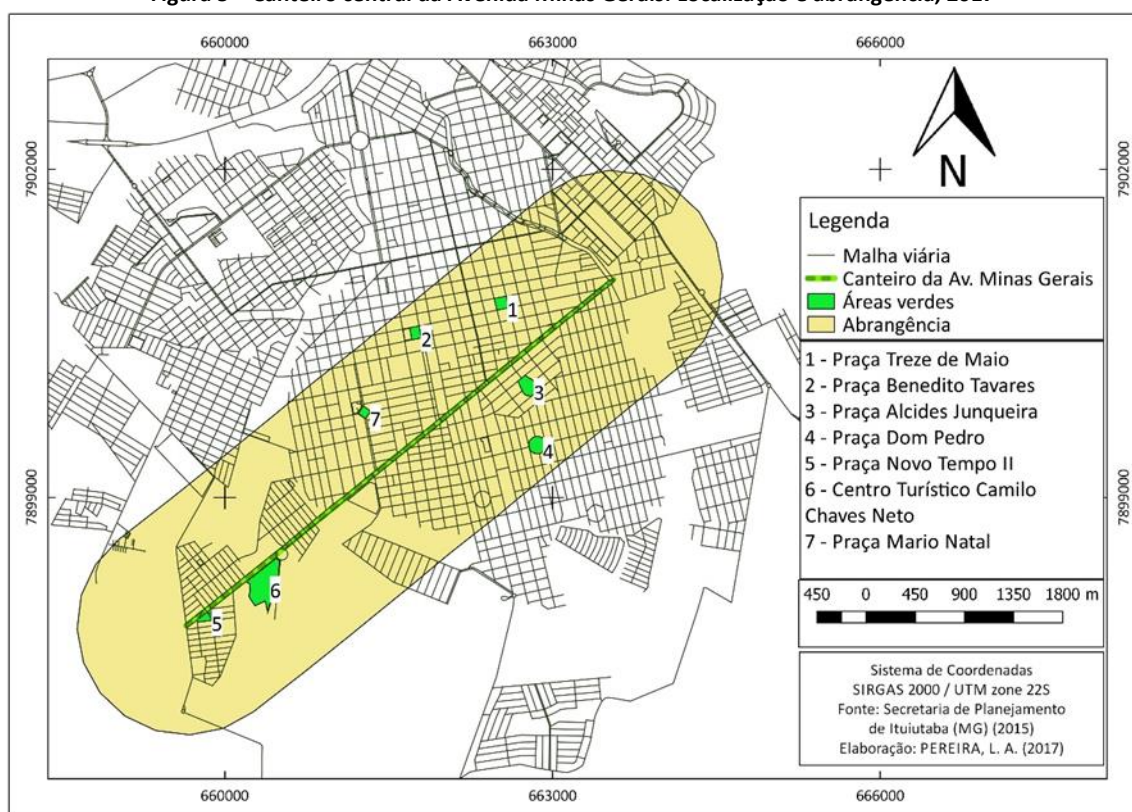
Figura 4: características paisagísticas da Avenida Minas Gerais, 2016

Autor: Pereira (2016)

Como a proposta aqui se situa em não apenas nas características e funções locais, é preciso buscar então a partir da abrangência a presença das demais áreas verdes do entorno. Desta

maneira, a figura 6 evidencia a descontinuidade física entre as áreas verdes, mas que no entanto, como citada durante a construção conceitual, se pensadas na perspectiva ecológica e ambiental, as áreas verdes, acabam por sempre se relacionarem. Porém, tendo em vista as características que o canteiro da Avenida Minas Gerais apresenta e a posição que ocupa entre as demais áreas verdes, ele se mostra de grande importância devido à possibilidade de melhor fundamentar o sistema de áreas verdes na cidade, perfazendo a realização de uma melhor dinâmica entre os espaços urbanos.

Figura 5 – Canteiro central da Avenida Minas Gerais: Localização e abrangência, 2017



Fonte: Secretária de Planejamento de Ituiutaba (MG) (2015); Elaboração: PEREIRA, L. A (2017).

Durante as visitas de campo às demais áreas verdes a percepção da importância do canteiro da Avenida Minas Gerais enquanto componente do sistema se mostra ainda mais presente, devido às características de cada uma delas, também por propiciar entender melhor o entorno que se apresenta essencialmente residencial. Elencando os elementos capazes de responder à situação esquemática apresentada anteriormente (pág. 8), foram encontradas as seguintes características a serem destacadas:

- Permeabilidade: Todas as praças cumprem este quesito, atingindo 70% ou mais de área permeável.
- Composição vegetal: A Praça Dom Pedro não tem como conteúdo perfil arbóreo significativo, não dispõe de árvores. A Novo Tempo II, de origem recente dispõe de árvores medianas. As restantes, de origem mais antiga possui perfil arbóreo muito significativo.

- Bancos: Todas as praças, exceto a Dom Pedro possuem bancos para descanso.
- Quadras poliesportivas: Apenas as praças Mário Natal e Alcides Junqueira possuem quadras.
- Equipamentos do tipo recreativo para crianças: Apenas as praças Mário Natal e Alcides Junqueira possuem este tipo de equipamento.
- Equipamentos para exercícios físicos: As praças Mário Natal e Alcides Junqueira dispõem destes equipamentos.
- Biblioteca: Apenas a Praça Mario Natal.

Quadro 2: Áreas verdes e suas respectivas áreas

Nome	Área (ha)	Categoria	Tipologia
Centro Turístico	7,5	Parque Setorial	Públicas
Praça Alcides Junqueira	2,1	Praças	
Praça Novo Tempo II	0,6		
Praça Treze de Maio	1,4		
Praça Dom Pedro	1,8		
Praça Benedito Tavares	1,0		
Praça Mario Natal	0,5		
Total em área a partir da tipologia pública	14,9		

Organização: Pereira (2017)

Há de se relevar que o que consta como praça no mapa da Secretaria de Planejamento (2015), no caso a Praça Dom Pedro, está longe de cumprir as funções de uma área verde. Têm por características apenas um grande círculo permeável, que apresenta vegetação insignificante e não apresenta estética paisagística, bem como não oferece condições de receber atividades recreativas e de lazer. Portanto, não será incluída aqui no cálculo do índice.

O índice de áreas verdes será atribuído aqui como meio de justificar a consideração da AMG como Área Verde Urbana enquanto papel representativo no espaço urbano de Ituiutaba, sobretudo no seu raio de influência. Portanto temos os seguintes índices: sem considerar a área da avenida Minas Gerais, considerando apenas as praças que cumprem as funções das Áreas Verdes Urbanas, temos o valor de 3,16 m²/hab. Muito abaixo do recomendado pela Sociedade Brasileira de Arborização Urbana na Carta a Londrina e Ibiporã (1996), que é de 15 m²/hab para que se tenha um mínimo de qualidade de vida, enquanto contabilizando o canteiro da avenida Minas Gerais, o índice sobe para 6,20 m²/hab. Ainda se distanciando bastante, porém com aumento significativo.

5. CONCLUSÃO

Chega-se então à conclusão que a identificação das áreas verdes e seu sistema são fundamentais para que se inicie qualquer estudo que objetive as análises destes espaços. O fator das incongruências entre os conceitos acadêmicos e as noções e leis municipais perfazem difícil trabalho a ser empreendido na busca de conciliar ambos em torno do planejamento e gestão das áreas verdes urbanas enquanto sistema, se complementando, visando assim orientar uma melhor realização no espaço urbano.

Para a realidade de Ituiutaba, após a análise do canteiro da avenida Minas Gerais e seu entorno, no que tange demais áreas verdes, evidencia-se a efetividade e a importância do cumprimento das funções denotadas a estes espaços, perfazendk papel fundamental dentro do contexto do sistema de áreas verdes urbanas, conectando funcionalmente e ecologicamente demais áreas dentro de sua abrangência.

AGRADECIMENTO

Agradecimento em especial à FAPEMIG pelo apoio financeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARGOS, Danúbia Caporusso; MATIAS, Lindon Fonseca. Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual. **Revsbau**, Piracicaba - SP, v. 6, n. 3, p.172-188, set. 2011.

BENINI, Sandra Medina; MARTINS, Encarnita Salas. Decifrando as áreas verdes públicas. **Revista Formação**, S.I., v. 2, n. 17, p.63-80, 2010.

BUCCHERI FILHO, Alexandre Theobaldo; NUCCI, João Carlos. Espaços livres, áreas verdes e cobertura vegetal no bairro Alto da XV, Curitiba/PR. **Revista do Departamento de Geografia**, S.I., n. 18, p.48-59, 2006.

CAVALHEIRO, Felisberto; PICHIA, Paulo Celso Dorneles del. Áreas verdes: Conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, 1. 1992, Vitória. **Anais...** . Vitória: Cbau, 1992. p. 29 - 38.

FRIEDRICH, Daniela. **O parque linear como instrumento de planejamento e gestão das áreas de fundo de vale urbanas**. 2007. 273 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

IBGE. **IBGE Cidades**. 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=313420>>. Acesso em: 22 de julho. 2016.

_____. **Setor Censitário**. 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>>. Acesso em: 22 julho. 2016.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: UNICAMP, 2004.

LIMA, Ana Maria Liner Pereira et al. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, 2., 1994, São Luís. **Anais...** . São Luís: CBAU, 1994. p. 539 - 553.

LOBODA, Carlos Roberto; DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência**, 2005.

NUCCI, João Carlos. **Qualidade ambiental e adensamento urbano**: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP). 2. ed. Curitiba: O Autor, 2008. 150 p.

NUCCI, João Carlos; PRESOTTO, Andréa. Planejamento dos espaços livres localizados nas zonas urbanas. In: SANTOS, Douglas Gomes dos; NUCCI, João Carlos (Org.). **Paisagens Geográficas**: Um tributo a Felisberto Cavaleiro. Campo Mourão: Fecilcam, 2009. p. 78-102.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. Lei Orgânica. 1990.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo**: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros. São Paulo: FAUUSP. Tese de livre docência, 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2006

SOUZA, Mariana Cristina da Cunha; AMORIM, Margarete Cristiane de Costa Trindade. Espaço Urbano: Áreas verdes no debate. In: BEININI, Elisângela Medina (Org.). **Espaços livres de uso público**. Tupã: ANAP, 2015. Cap. 2. p. 34-52.

SBAU - Sociedade Brasileira de Arborização Urbana. Carta a Londrina e Ibiporã. **Boletim Informativo**. v.3, n.5, 1996.